

«O roubo do século» chamou-lhe o insuspeito «The Economist»

ÁREA DE TENSÃO Veja a evolução dos territórios na zona de conflito



*Jerusalém, a minha língua fique calada
se não me recordar de ti.* (do SI 136)

Palestina

um “ultimato” e não uma agenda de paz, diz o CMI [Conselho Mundial (ou Ecuménico) de Igrejas] sobre o plano para Israel-Palestina

Um “ultimato”, não um plano de paz. O secretário-geral do Conselho Mundial (ou Ecuménico) de Igrejas (CMI), Olav Fykse Tveit, lançou um apelo no sentido de a comunidade internacional não apoiar o plano apresentado pelo Presidente dos Estados Unidos e pelo primeiro-ministro para a criação de dois estados independentes, Israel e Palestina, mas em que este último teria uma soberania limitada e perderia alguns dos territórios ocupados por Israel.

Tveit considera o plano como um “ultimato”, mais do que uma proposta de solução “real, sustentável e justa”. “Em última análise, qualquer ‘solução’ que não se baseie na justiça e num acordo negociado será uma imposição e um instrumento de opressão”, considera o secretário-geral do CMI.

O plano não teve praticamente qualquer participação do lado palestino, e foi já rejeitado pela Autoridade Palestiniana.

“O CMI insta os membros da comunidade internacional a que não apoiem esta proposta ou reconhecer a sua concretização, a não ser e até que um plano melhor seja negociado e acordado com representantes do povo palestino e em conformidade com os princípios do direito internacional sobre ocupação beligerante e direitos humanos”, declarou Olav Fykse Tveit, citado no serviço de notícias do CMI.

A proposta, acrescenta este responsável, segue praticamente os objectivos que o Estado israelita defende desde há anos. Apesar de o CMI continuar a estudar o documento, Tveit diz que ele prevê que os territórios atribuídos à Palestina “pequenos enclaves isolados sem contiguidade territorial, separados por colonatos israelita e ligados apenas por corredores submetidos a controlo israelita”.

Igrejas da região sonham com riqueza da diversidade

O plano e a reacção de Tveit em nome do CMI surgem uma semana depois de uma reunião do comité executivo do Conselho de Igrejas do Médio Oriente, num período cheio de acontecimentos dolorosos e sofrimentos que atormentam os nossos países”, como dizia o comunicado.

O comité executivo do Conselho de Igrejas do Médio Oriente (MECC), no final da reunião no Chipre. Janeiro 2019. Foto MECC/Direitos reservados

No encontro, que decorreu no Chipre, estavam representantes oriundos de igrejas católicas, protestantes, ortodoxas e de ritos antigos do Chipre, Síria, Líbano, Iraque, Jordânia e Palestina. Embora não se referisse especificamente ao conflito israelo-palestiniano, a síntese final do encontro apontava a necessidade de oração e acção em regiões problemáticas, e também a revisão de leis. “Há uma necessidade urgente de propor um caminho que sublinhe a compreensão da unidade na diversidade, considerando que a diversidade é uma riqueza, longe das exortações sectárias e facciosas e de todas as formas de intolerância”, lê-se no texto.

O comité executivo manifestou-se também preocupado com “a pobreza e a marginalização que sofrem alguns sectores da sociedade da região” desafia todos os estados e instituições eclesiais a “elaborar políticas sustentáveis de desenvolvimento que garantam uma vida decente a todo o ser humano e contribuam para a justiça social e a prosperidade económica”.

No final, a declaração, citada também na página de notícias do CMI, apela aos cristãos do Médio Oriente a que mantenham as suas terras, a sua herança e a sua identidade com fé e esperança. “Isso implica a solidariedade dos líderes e uma cooperação sólida para garantir um futuro” onde a diversidade seja um “modelo de convivência”.

aniquilar a Palestina, ridicularizar a ONU

Não são apenas a colonização e a segregação racial que o «acordo do século» agora «legaliza». O documento «legaliza» também a limpeza étnica em que assenta o Estado sionista desde a fundação, em 1948.



Palestinos protestam, na Cisjordânia, contra o chamado «Acordo do Século»
Créditos / France 24

A «Visão de Paz» estampada por Donald Trump e Benjamin Netanyahu em 28 de Janeiro como «solução» para o problema israelo-palestino não trouxe surpresas. Há meses que os seus conteúdos vinham sendo conhecidos às fatias, sob a designação pomposa de «acordo do século», pelo que nenhum dos aspectos focados ao longo das 80 páginas do documento contraria o que era esperado. Mais grave do que o texto é o facto de estar a ser aplicado há muito tempo, perante a inércia da chamada «comunidade internacional», e representar um patamar elevadíssimo – quase irreversível na actual relação de forças mundial – da estratégia de factos consumados seguida metodicamente por Israel e os Estados Unidos.

Para o povo palestino, o mais desprotegido na cena internacional, a divulgação desta obra do sionismo catapultada institucionalmente pelas mentes fascistas radicadas em

Washington é a continuação da visão dos infernos em que foi transformada a sua existência. O cenário em que decorre a guerra de aniquilação, porém, alterou-se qualitativamente devido às novas condições que a envolvem e não por causa do teor da página. A «visão» de Trump e Netanyahu implica a revogação dos Acordos de Oslo de 1993, dos quais os Estados Unidos se retiraram logo em 30 de Janeiro; e significa que **a maior potência militar mundial, que tem com Israel uma «indestrutível» aliança, deixou de reconhecer o articulado de normas internacionais que regem a regularização do problema israelo-palestino.**

Há ainda um terceiro aspecto das novas condições criadas, provavelmente o mais perverso de todos. O «acordo do século» é inegavelmente uma imposição que tem por detrás um poder militar desmedido; e os seus autores consideram – unilateralmente, é certo, mas manda quem tem força – a parte palestina como comprometida – ainda que submetida. Isto é, os palestinos terão assim uma oportunidade «única» para se renderem à «paz» que lhes é imposta. Se não aceitarem, o problema será deles, sofrerem as consequências.

Nova doutrina

Com a manobra da «Visão de Paz» os Estados Unidos e Israel colocaram na arena diplomática mundial uma «solução» da questão israelo-palestina que vem sobrepor-se, com repercussões no terreno, às normas

internacionais que regem o problema e que são instrumentos da ONU, quase todas por aplicar e sem que se note poder real – e vontade – para as passar à prática.

Israel, com a cumplicidade de todas as sucessivas administrações de Washington, aproveitou a inércia envolvente para cumprir uma sucessão de factos consumados que, passo-a-passo, foram invalidando no terreno as possibilidades de concretizar o direito internacional.

O «acordo do século» veio agora dar esses factos como adquiridos enquadrando-os numa «solução» que os autores – num deslante que ridiculariza toda a «comunidade internacional» – consideram compatível com a ideia de «dois Estados».

O eixo central da estratégia de factos consumados foi o da colonização. **Apesar de saberem perfeitamente que as alterações demográficas em territórios ocupados significam violações das convenções internacionais, as autoridades israelitas e os seus aliados norte-americanos autorizam e promovem a criação de colonatos na Cisjordânia e nos Montes Golá sírios desde 1967, prática que se traduz numa anexação gradual mas sistemática.** A colonização foi acompanhada por uma limpeza étnica *manu militari* através da expulsão de populações, criação de estruturas físicas de apartheid, como o muro de separação e redes viárias reservadas a colonos, expropriação de terras, isolamento de comunidades, inclusivamente em relação às fontes de subsistência.

Hoje, 460 mil colonos ocupam a Cisjordânia, cerca de 22% do número de palestinianos que ali vivem submetidos a condições humilhantes, degradantes, sujeitos à violência, à arbitrariedade.

O «acordo do século» vem dar esta situação como adquirida, logo irreversível. Os colonatos são «legais»,

segundo afirma Trump; os mapas publicados integram os Montes Golá no território de Israel; Jerusalém é a «capital una e indivisível» do Estado israelita, apesar de o direito internacional considerar o sector Leste da cidade como capital de um futuro Estado palestiniano.

O «Estado» palestiniano, porém, vem contemplado na «Visão de Paz» de Trump e Netanyahu: as comunidades que restam na Cisjordânia, cercadas e aterrorizadas por colonatos, ligadas por um túnel rigorosamente vigiado à Faixa de Gaza, por sua vez cercada e asfíxiada pelas tropas israelitas. Um «Estado» sem fronteiras, pulverizado, inviável, desmilitarizado – caso contrário poderia «ameaçar a segurança de Israel» – sem soberania, sem independência, com a capital numa aldeia dos subúrbios de Jerusalém, obrigado a reconhecer Israel como «Estado judeu». Os «bantustões» do apartheid do século XXI.

Apesar de o documento admitir «congelar» a colonização durante quatro anos, mas não definindo qualquer programa para depois dessa fase, se ela existir, Israel persiste na intenção de anexar o Vale do Jordão e as áreas C dos Acordos de Oslo, nas quais existe a ocupação militar permanente. Tais circunstâncias restringem ainda mais os territórios palestinianos em termos de área mas também, e sobretudo, no acesso a recursos naturais, designadamente a água e terrenos férteis.

«O «Estado» palestiniano [...] vem contemplado na «Visão de Paz» de Trump e Netanyahu: [...] um «Estado» sem fronteiras, pulverizado, inviável, desmilitarizado – caso contrário poderia «ameaçar a segurança de Israel» – sem soberania, sem independência, com a capital numa aldeia dos subúrbios de Jerusalém, obrigado a reconhecer Israel como «Estado judeu». Os «bantustões» do apartheid do século XXI»

Não são apenas a colonização e a segregação racial que o «acordo do século» agora «legaliza». O documento resolve de uma penada a situação dos milhões de palestinos refugiados e cujo direito ao retorno lhes é assegurado pelo direito internacional; isto é, «legaliza» também a limpeza étnica em que assenta o Estado sionista desde a fundação, em 1948. Para Trump e Netanyahu deixam de existir refugiados e as instituições que os representam, incluindo a agência das Nações Unidas (UNRWA), uma vez que passa a haver um «Estado» palestino.

Um mundo inerte

A maior parte dos agentes que têm voz na «comunidade internacional» reagiram da maneira mais óbvia – e mais cómoda – a esta ofensiva séria contra o direito internacional protagonizada por figuras influentes nas Nações Unidas, no «mundo ocidental» e na NATO: reafirmaram a validade das normas estabelecidas no quadro da ONU, especialmente a da solução de dois Estados viáveis.

É a mesma atitude que foi assumida habitualmente apenas de maneira verbal, década após década, enquanto Israel foi consumando factos que agora, com apoio do mais poderoso exército mundial, transforma numa nova «solução», renegando as «antigas».

Estados Unidos e Israel desafiaram a «comunidade internacional» conhecendo antecipadamente as reacções que se seguiriam. Pelo que poderão agora aplicar o «acordo do século» sabendo que à sua volta continuarão a ouvir as mesmas recitações sobre as normas instituídas.

A União Europeia não conseguiu, sequer, uma plataforma de entendimento sobre uma posição comum. O chefe da política externa, Josep Borrell, fez uma reafirmação dos principais pontos do direito

internacional mas nada avançou quanto a atitudes a tomar no caso de a «Visão de Paz» ser aplicada e invocada. Os chefes da União Europeia têm obrigação de saber que ninguém, muito menos quem tem a força do seu lado, se envolve numa manobra com esta envergadura para a deixar ficar no papel.

França considera que o documento de Trump e Netanyahu «não resolverá» o problema israelo-palestino, mas os poderes parisienses abstiveram-se de condenar abertamente a iniciativa.

As Nações Unidas reafirmaram as normas estabelecidas no direito internacional, mas fizeram-no através de um porta-voz do secretário-geral.

António Guterres evitou dar a cara numa situação desta gravidade, o que diz muito quanto à disponibilidade para combater uma provocação ostensivamente dirigida contra a instituição de que é o principal dirigente executivo.

A Liga Árabe condenou a iniciativa norte-americana e israelita, mas não é segredo que a posição não terá consequências práticas, tendo em conta as cumplicidades com Israel assumidas por importantes membros da organização, como o Egipto e a Arábia Saudita.

Os palestinos chegam a esta fase da sua longa resistência praticamente sozinhos. Têm, é certo, a solidariedade de povos de todo o mundo; no entanto, essas posições não se repercutem depois nas instituições que deveriam representá-los e se alheiam, deste modo, dos gravíssimos atropelos contra os direitos humanos e as leis internacionais.

Enroldados na armadilha da «autonomia» que restou dos Acordos de Oslo, divididos em duas áreas de governação limitada – Ramalah e Gaza – contando com uma Organização para a Libertação da Palestina (OLP) enfraquecida por esta divisão e respectivo impacto nas principais

comunidades de refugiados, os palestinianos estão agora ainda mais vulneráveis perante um cenário de opressão mais agressivo.

Como sempre, a luta contra mais este passo para a anexação e a aniquilação partirá de dentro – os palestinianos já mostraram que não se rendem. Precisarão, mais do que nunca, de apoios populares internacionais, os quais, para lhes chegarem, terão de ser suficientemente fortes e convergentes para passarem por cima de governos,

organizações internacionais e da barreira mediática-propagandística que tenderá a funcionar à medida das necessidades dos seus maiores manipuladores, os mesmos que apareceram agora com um novo plano de guerra contando com a vitória que sempre lhes tem escapado. E que, apesar de força bruta e brutal, irá fugir-lhes mais uma vez.

JOSÉ GOULÃO. Jornalista. 06.02.20

MPPM denuncia o «embuste do século» que os EUA querem impor aos palestinianos

COMUNICADO 02/2020

O Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente (MPPM) condena firmemente o conteúdo do chamado «acordo do século» para a resolução da questão palestina, apresentado no dia 28 de Janeiro pelo presidente dos EUA, Donald Trump, acolitado pelo ainda primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu.

Apresentado com soberba imperial, o mal designado plano «Paz para a Prosperidade» rasga todas as resoluções aprovadas ao longo de décadas pela ONU sobre a questão palestina, e rasga mesmo os acordos, como Oslo, promovidos sob a égide dos Estados Unidos da América desde a década de 90. O «Plano» acompanha inteiramente as posições da extrema-direita israelita e assume a forma de um *diktat* que pretende impor ao povo palestino, cujos representantes não foram sequer considerados dignos de consulta, a total renúncia aos seus direitos nacionais, reconhecidos e consagrados pelo direito internacional.

A legitimação da anexação e o prosseguimento da limpeza étnica dos palestinianos

O «acordo do século» proclama (de novo)

Jerusalém indivisa como capital do Estado de Israel; promove a anexação por Israel de todos os colonatos judaicos na Cisjordânia ocupada; reconhece a anexação do Vale do Jordão por Israel; nega aos refugiados palestinianos, expulsos em sucessivas campanhas de limpeza étnica pelas forças sionistas e depois por Israel, o direito ao retorno. O mapa que acompanha o «Plano» traça uma fronteira que anexa a Israel os Montes Golã sírios, ao arrepio de toda a legitimidade internacional.

O arguido por corrupção Netanyahu não perde tempo: abençoado por Trump, quer que o governo de Israel discuta a primeira fase da anexação já no próximo domingo.

Em contrapartida, aos palestinianos caberia aceitar um «Estado» de farsa, ainda assim remetido mais uma vez para as calendas gregas: uma entidade informe, fragmentada em guetos descontínuos que fazem lembrar os planos de bantustões da África do Sul do Apartheid, sem controlo das fronteiras, sem controlo do espaço aéreo e das águas territoriais, com capital num arrabalde de Jerusalém Oriental, sem o direito a ter forças militares próprias mas sujeita à eterna presença militar de Israel. Além disso, os palestinianos teriam de renunciar aos

subsídios financeiros às famílias dos presos e das vítimas mortais da repressão israelita; de reconhecer Israel como «Estado-nação do povo judeu», ou seja, a discriminação dos palestinos cidadãos de Israel; e de aceitar o desarmamento dos movimentos da resistência palestina.

Uma parte dos palestinos cidadãos de Israel estariam destinados a ser anexados à força ao pseudo-Estado palestino. A coberto do falacioso argumento de um Estado-nação para os judeus e de um Estado-nação para os palestinos, a pretexto de «compensação territorial» pelos colonatos implantados no coração da Cisjordânia, trata-se na realidade de mais uma medida de limpeza étnica, visando aquilo que o sionismo não conseguiu realizar em 1948: um Estado judaico «étnicamente puro», desembaraçado dos seus habitantes palestinos, muçulmanos e cristãos.

Na linha directa de medidas anteriores da administração Trump — reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel e transferência para aí da embaixada dos EUA; corte do financiamento à UNRWA, a agência da ONU de assistência aos refugiados palestinos; anexação dos Montes Golã sírios ocupados em 1967; negação do carácter ilegal dos colonatos israelitas nos territórios palestinos ocupados —, o plano estado-unidense parece saído da pena dos sionistas mais radicais, dos colonos mais extremistas. E não por acaso: é significativo que Trump e Netanyahu tenham ambos saudado o papel desempenhado neste processo por David Friedman, embaixador dos EUA em Israel, por Jason Greenblatt, enviado especial para o Médio Oriente, e por Jared Kushner, genro de Trump e principal autor do plano, todos sionistas assumidos com ligações estreitas ao movimento dos colonos.

Uma nova ordem internacional no Médio Oriente com o Irão na linha de mira

A relevância do que está em causa transcende o quadro estrito da questão palestina. Trata-se de uma violação brutal da legalidade internacional, para mais

apresentada expressamente como parte de um plano de agressão contra o Irão. Trump afirmou, e Netanyahu reiterou e aplaudiu, que o plano surge na sequência do rompimento unilateral pelos EUA do acordo de limitação nuclear assinado com o Irão pelos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU mais a Alemanha, e jactou-se do assassinio em Bagdade, em gritante violação da soberania do Iraque, do general iraniano Qassem Soleimani, protagonista destacado do combate ao Daesh e outros terroristas que atentam contra a integridade e a soberania da Síria.

Trump silencia o terrorismo de Estado e a limpeza étnica praticados desde há décadas por Israel contra o povo palestino e outros povos da região, e quer retirar à questão palestina a centralidade que tem no estabelecimento de um clima de paz no Médio Oriente.

O que se visa é toda uma reorganização política e geoestratégica da região sob a égide imperial. Apresentando o Irão como principal fautor do terrorismo, o que se procura é criar em torno do eixo Israel-Arábia Saudita um alinhamento de certos países árabes contra os países e as forças que no Médio Oriente se opõem ao domínio dos Estados Unidos e se colocam ao lado do povo palestino. O documento explicita-o ao recomendar a criação de um «Conselho de Segurança Regional» composto pelos EUA, Israel, «Estado da Palestina», Jordânia, Egipto, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos.

A comunidade internacional deve assumir as suas responsabilidades

De resto, a presença na sessão de apresentação do «acordo do século» dos embaixadores em Washington do Barém, de Omã e dos Emirados Árabes Unidos é bem o sintoma do estado avançado da realização deste plano — e da traição cada vez mais descarada e ignóbil de regimes reaccionários e ditatoriais árabes à causa palestina.

A gravidade inaudita do documento e dos

perigos reais que faz pesar sobre os povos do Médio Oriente, e em primeiro lugar sobre o martirizado povo palestino, exige que a operação agora em curso seja barrada.

Para isso é necessário que países e organizações que defendem um mundo regido pelo direito internacional e não pela lei do mais forte actuem energeticamente e sem demora, rejeitando de forma categórica o plano apresentado unilateralmente pelos EUA e reafirmando que a solução para o drama palestino é inconciliável com a continuação, seja sob que forma for, do controlo e colonização sionista dos territórios palestinos ocupados em 1967. A ONU, cuja legitimidade é directamente posta em causa por este plano, bem como a União Europeia, que reafirmaram já o seu continuado apego à solução de dois Estados, incluindo um Estado palestino nas fronteiras de 1967, devem, ademais, passar das pias declarações de princípios aos actos.

O MPPM considera intolerável que a União Europeia mantenha com Israel um Acordo de Associação, quando este refere como condição, logo no preâmbulo, o respeito pelos direitos humanos e pela democracia. O que a situação reclama são antes sanções contra Israel, violador contumaz e impenitente do direito internacional e dos direitos humanos dos palestinos.

Portugal não pode continuar a ser complacente com Israel

O MPPM considera inaceitável que o governo português continue a manter relativamente aos crimes e violações do direito internacional por parte de Israel uma atitude de chocante complacência. É inaceitável que o governo português mantenha uma cooperação de longa data com Israel nos domínios militar e de segurança, recentemente evidenciada na aquisição de equipamento israelita de guerra electrónica para os aviões KC-390 destinados à Força Aérea Portuguesa. É inaceitável que o governo português enfileire com aqueles que querem coarctar a justa crítica ao sionismo e aos crimes de Israel equiparando-a ao anti-semitismo,

como pretende a capciosa definição da International Holocaust Remembrance Alliance que o governo subscreveu.

No cumprimento do preceituado pela Constituição, o MPPM considera que o governo português deve, ao invés, assumir uma posição activa de denúncia dos crimes e violações do direito por parte de Israel. O governo português deve dar cumprimento à recomendação da Assembleia da República e reconhecer soberanamente o Estado da Palestina nas fronteiras de 1967, bem como agir nesse sentido dentro das instituições da União Europeia, aderindo à proposta do Luxemburgo.



Solidariedade com a causa palestina

Os desígnios dos EUA e do Estado sionista de liquidar de vez as aspirações do povo palestino à liberdade, à justiça para os refugiados, a um Estado soberano e independente contam com a oposição firme e cada vez mais unida do próprio povo palestino.

Neste momento de extrema dificuldade para o povo palestino, e num combate que é também pela paz e a justiça em todo o Médio Oriente e no mundo, o MPPM reitera a sua solidariedade de sempre à causa do povo da Palestina e apela à solidariedade activa de todas e todos os cidadãos e organizações portugueses com o povo palestino no seu anseio pela realização dos seus legítimos e imprescritíveis direitos nacionais.

*A Direcção Nacional do MPPM,
30.01.20*